

INSS

R\$ 2,68 bi para atrasados

TRFs serão responsáveis pelo depósito dos recursos de ações vencidas contra o governo, conforme cronograma de cada região

» MARIA BEATRIZ GIUSTI
» JUNIO SILVA

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou R\$ 3,22 bilhões para o pagamento de dívidas do governo federal reconhecidas pela Justiça. Desse total, R\$ 2,68 bilhões serão destinados a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que venceram ações judiciais relacionadas a benefícios previdenciários e assistenciais, como aposentadorias e pensões. Os valores correspondem a Requisições de Pequeno Valor (RPVs), usadas para quitar dívidas reconhecidas em decisões judiciais.

Ao todo, 278.063 beneficiários serão atendidos pelos recursos, distribuídos em 218.651 processos. As ações relacionadas ao INSS e a benefícios assistenciais representam quase 58% das RPVs liberadas e concentram mais de 83% dos recursos.

São valores que deveriam ter sido pagos pelo governo, mas não foram quitados ou foram pagos apenas parcialmente. Quando a Justiça reconhece o direito do beneficiário, a União é obrigada a fazer o pagamento. Essas quantias são conhecidas como atrasados.

Apesar de envolverem beneficiários do INSS, o montante liberado pela Justiça Federal não tem relação direta com a fraude investigada no instituto. Os recursos anunciados nesta sexta-feira serão pagos a segurados que obtiveram decisões favoráveis em ações para concessão ou revisão de benefícios.

A fraude no INSS é investigada há mais de um ano pela Polícia Federal e envolve descontos indevidos aplicados sobre benefícios de aposentados e pensionistas. O governo prevê ressarcir cerca de

Ed Alves CB/DA Press



Para saber se está no lote, o segurado deve consultar o processo na Justiça Federal e verificar se a RPV foi liberada para pagamento

4,8 milhões de beneficiários prejudicados, com custo estimado em R\$ 6,3 bilhões.

Como consultar

Quem teve um pedido de aposentadoria ou benefício negado pelo INSS não recebe automaticamente os atrasados. É preciso ter recorrido à Justiça, obtido uma decisão favorável e ter o pagamento incluído em uma Requisição de

Pequeno Valor. Para saber se está entre os beneficiários deste lote, o segurado deve acompanhar o andamento do processo na Justiça Federal e verificar se a RPV já foi expedida e liberada para pagamento.

A consulta deve ser feita no Tribunal Regional Federal (TRF) responsável pela ação. É o tribunal que informa a data em que os recursos estarão disponíveis. Para realizar a pesquisa, é necessário ter o número do processo ou,

conforme as regras de cada tribunal, o CPF do beneficiário.

O depósito dos valores é responsabilidade dos TRFs, que seguem cronogramas próprios para a liberação dos recursos. O dinheiro é depositado em uma conta específica aberta para cada beneficiário no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal. Por isso, a data de disponibilidade deve ser conferida no sistema de consulta do tribunal responsável pelo processo.

Os recursos liberados nesta sexta-feira contemplam processos das seis regiões da Justiça Federal envolvendo o INSS e benefícios assistenciais. A distribuição varia conforme a jurisdição de cada TRF.

TRFs

O TRF da 1ª Região, que abrange o Distrito Federal, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Bahia, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Acre,

Roraima, Rondônia e Amapá, liberou R\$ 1,04 bilhão. Desse total, R\$ 877,17 milhões correspondem a pagamentos relacionados ao INSS e a benefícios assistenciais. Foram contemplados 40.719 processos, com 49.083 beneficiários.

No TRF da 2ª Região, responsável por Rio de Janeiro e Espírito Santo, foram liberados R\$ 271,22 milhões, dos quais R\$ 191,32 milhões são referentes a processos do INSS e a benefícios assistenciais. O montante corresponde a 8.620 processos, beneficiando 12.750 pessoas.

O TRF da 3ª Região, que atende São Paulo e Mato Grosso do Sul, liberou R\$ 423,87 milhões. Desse valor, R\$ 328,12 milhões estão relacionados ao INSS e a benefícios assistenciais. Ao todo, foram contemplados 11.298 processos, envolvendo 15.221 beneficiários.

Já o TRF da 4ª Região, responsável por Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, liberou R\$ 649,35 milhões, sendo R\$ 556,02 milhões destinados a pagamentos relacionados ao INSS e a benefícios assistenciais. O valor corresponde a 29.117 processos, com 41.699 beneficiários.

No TRF da 5ª Região, que abrange Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Paraíba, foram liberados R\$ 529,95 milhões. Desse total, R\$ 453,79 milhões correspondem a pagamentos do INSS e de benefícios assistenciais. Foram registrados 22.248 processos, com 37.264 beneficiários.

Por fim, o TRF da 6ª Região, responsável por Minas Gerais, liberou R\$ 305,13 milhões, dos quais R\$ 274,125 milhões são referentes ao INSS e a benefícios assistenciais. Ao todo, foram contemplados 14.385 processos, beneficiando 17.802 pessoas.

CASO MASTER

CVM entra na mira do STF

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a União reavalie, no prazo de 90 dias, as regras que disciplinam a atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Ministério da Fazenda ficará responsável por coordenar os trabalhos entre os diferentes órgãos públicos envolvidos na revisão das normas e na avaliação dos mecanismos de fiscalização e controle da autarquia.

Na decisão, Dino citou o arquivamento, em 2022, de uma denúncia sobre o Banco Master sem a realização de verificações que, segundo o ministro, seriam mínimas para a apuração dos fatos. O episódio ganhou relevância diante das irregularidades posteriormente identificadas no banco.

“As dificuldades atualmente enfrentadas pela Comissão de Valores Mobiliários não se restringem às limitações orçamentárias apontadas nos autos. Os elementos reunidos ao longo da tramitação revelam a existência de questões relacionadas ao desenho regulatório, aos mecanismos de governança e aos modelos de supervisão adotados pela autarquia”, diz o ministro em sua decisão.

A decisão se deu em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) do Partido Novo. O partido questionava a efetividade da atuação da CVM na fiscalização e no seu poder de polícia em relação ao mercado financeiro.

Transparência

A Transparência Internacional-Brasil considerou a determinação um “avanço importante”, mas defendeu que as investigações sobre o caso sejam aprofundadas. Para a entidade, também é necessário apurar possíveis interferências relacionadas ao Banco Master na CVM e eventuais influências sobre servidores e decisões envolvendo a instituição financeira.

A organização destacou mensagens encontradas pela Polícia Federal nas quais Vercaro afirmou que atuaria para manter o advogado Otto Lobo na presidência da

Geraldo Magela/Agência Senado



Otto Lobo é citado em mensagens atribuídas a Daniel Vercaro

CVM. As mensagens, segundo a entidade, levantam questionamentos sobre a eventual influência de interesses ligados ao banco sobre a atuação da autarquia.

A Transparência Internacional afirmou que a decisão de Dino reconhece que as fragilidades identificadas no caso vão além da estrutura disponível à CVM. “A decisão reconhece um ponto fundamental levantado pela TI Brasil: os problemas revelados pelo caso Banco Master vão muito além das limitações de orçamento e pessoal da CVM. Envolvem fragilidades regulatórias, de governança, controles internos e tratamento de denúncias”, afirmou a entidade.

Entre os episódios citados pela organização está o

arquivamento, em 2022, de uma denúncia que, segundo a Transparência Internacional, continha informações detalhadas sobre irregularidades que posteriormente vieram à tona nas investigações relacionadas ao Banco Master. “Entre os fatos mais graves está o arquivamento, ainda em 2022, de denúncia que continha informações detalhadas sobre irregularidades posteriormente identificadas no caso Master.”

Para a entidade, a revisão determinada pelo STF deve considerar não apenas a estrutura e os recursos disponíveis à CVM, mas também os procedimentos internos para recebimento, análise e apuração de denúncias, além dos mecanismos de governança e controle da autarquia.



saiba mais



WAKE UP

24 a 27 de setembro

Campeonato Brasileiro de wakeboard e wakesurf

+ 10 esportes gratuitos

Parque Deck Norte

REALIZAÇÃO:

CAMPEONATO OFICIAL:

PARCEIRO DE MÍDIA:

BARCO OFICIAL:

